



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia

**MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL:
EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2014**

MARIANA SOUZA GALVÃO

Brasília,
2019

MARIANA SOUZA GALVÃO

**MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL:
EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2014**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ramos

Brasília,
2019

RESUMO

A proposta deste estudo é descrever a mobilidade intergeracional para o Brasil com base nos microdados da PNAD 2014, seguindo a metodologia de Pastore (1979). Por meio de matrizes de transição e indicadores, verificou-se que a estrutura social brasileira é permeável à mudança social, a qual pode ser caracterizada tipicamente como ascendente e de curta distância.

Palavras-chave: mobilidade intergeracional, matrizes de transição.

ABSTRACT

The proposal of this study is describe the intergenerational mobility for Brazil based on the PNAD 2014 microdata, following the methodology of Pastore (1979). Through transitional matrices and indicators, it was verified that brazilian social structure is permeable to social change, wich can be characterized typically as upward and short distance.

Key-words: intergenerational mobility, transitional matrices.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1 REVISÃO DE LITERATURA.....	6
1.1 Resenha teórica.....	6
1.2 Resenha empírica.....	8
2 METODOLOGIA.....	11
2.1 Matrizes e indicadores de mobilidade social.....	12
2.2 Escala das ocupações e estratos sociais.....	13
3 RESULTADOS.....	17
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estratos sociais, valores médios e ocupações ilustrativas (Brasil, 1970).....	9
Tabela 2- Mudança na estrutura social brasileira (%) (Brasil, 1973).....	10
Tabela 3- Matriz de transição de status social.....	12
Tabela 4 - Homens ocupados por faixa etária.....	13
Tabela 5 - Mulheres ocupadas por faixa etária.....	14
Tabela 6 - Chefes de família por sexo.....	14
Tabela 7 – Estratos sociais.....	16
Tabela 8 - Mobilidade total 2014.....	17
Tabela 9 - Distribuição de pais e filhos por estratos.....	17
Tabela 10 -Fluxos de saída dos estratos na mobilidade total.....	18
Tabela 11 - Fluxos de entrada dos estratos na mobilidade total.....	19
Tabela 12 - Anos médios de estudo dos filhos por estrato.....	20
Tabela 13 - Estratos por coortes de idade dos filhos.....	20
Tabela 14 - Fluxos de entrada na mobilidade social para as regiões Nordeste e Norte.....	21
Tabela 15 - Fluxos de entrada na mobilidade social para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.....	21
Tabela 16 - Mobilidade total entre filhos de mulheres chefes de família.....	22
Tabela 17 - Distribuição de mães e filhos(as) por estratos.....	22
Tabela 18 - Fluxos de saída na mobilidade total para filhos de mulheres chefes de família....	23
Tabela 19 - Fluxos de entrada na mobilidade total para filhos de mulheres chefes de família.	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rendimento esperado por anos de estudo para coortes de idade.....	15
Figura 2 – Rendimento por anos de estudo observado na PNAD 2014 para a amostra.....	15

INTRODUÇÃO

Avaliar a mobilidade social assemelha-se a um “filme” (VALLE SILVA, 2001) cuja dinâmica é resultado de complexas interações entre a estrutura produtiva, mercado de trabalho e fatores socioculturais cristalizados ao longo das gerações. Nesse sentido, os padrões de mudança de estrato não só refletem as diferenças de renda, mas também desigualdades de oportunidades, diferentes retornos do capital humano ou questões raciais e de gênero, fornecendo, portanto, interpretações multidirecionais.

Desde o trabalho pioneiro de Pastore para 1973, a economia e a estrutura social foram afetadas de múltiplas formas: houve maior inserção da mão de obra feminina, aumento da escolaridade média e consolidação do modelo industrial-urbano. Apesar destas transformações, quais seriam os efeitos líquidos sobre a transmissão de *status* econômico? Todos esses processos foram suficientes para atenuar a perpetuação intergeracional de desigualdade? Como os padrões de mudança social foram afetados ao longo deste período?

Partindo destes questionamentos, esta pesquisa atualiza o trabalho de 1973, tendo como referência os dados da PNAD 2014. Sendo assim, buscou-se preservar as definições do trabalho original, acrescentando outras abordagens alternativas a parte, a fim de preservar a comparabilidade metodológica¹. Para tanto, o estudo está dividido em três seções, a saber: revisão de literatura, metodologia e resultados.

1 A programação, base de dados e outros critérios adotados na pesquisa podem ser acessados por em: <<https://github.com/marianasgalvao/mobilidadesocial>> .

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Resenha teórica

A estratificação social é um fenômeno para o qual existem múltiplas interpretações. Por um lado, a “tese” (LENSKI, 1981 apud PASTORE, 1979) relaciona a posição social dos indivíduos com as diferentes características que podem ofertar no mercado. Os principais representantes desta vertente são os teóricos do capital humano e Weber.

Os teóricos do capital humano são enfáticos quanto a relevância do investimento na formação do trabalhador na determinação dos rendimentos do trabalho e, conseqüentemente, na posição relativa dos mesmos na estrutura social. O núcleo deste programa de pesquisa pode ser sintetizado “na ideia de que o indivíduo gasta em si mesma de formas diversas, não apenas buscando desfrutar o presente, mas procurando rendimentos futuros, pecuniários ou não” (BLAUG, 1985, cap. 13 apud SAUL, 2004, p. 231).

Mincer (1958) formaliza esta relação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal. Desta forma, o dispêndio de tempo para aumentar a produtividade do trabalho é resultado de uma escolha individual e racional. Além disso, as diferenças entre as ocupações são decorrentes das diferentes necessidades de treinamento, as quais surgem quando a noção de capital humano é expandida para incorporar a experiência no trabalho. Assim, há uma relação positiva entre os rendimentos e o volume de investimento em capital humano. (SAUL, 2004, p. 323)

Em suma, os rendimentos do trabalho são determinados no mercado, tendo como parâmetro a correlação entre produtividade e aquisição de capital humano, seja por mecanismos formais ou informais, e experiência. Diante disso, a distribuição dos retornos e, por extensão, a inserção na estratificação social, é mutável e condicionada ao aumento da produtividade, que por sua vez relaciona-se à qualificação individual.

Outras contribuições sobre aquisição de capital humano e sua relação com o contexto familiar são dadas por Becker e Tomes (1994), os quais indicam que algumas crianças têm vantagens em relação às condições iniciais. Em outras palavras, fatores exteriores, tais como as habilidades dos responsáveis e ênfase dada por estes ao processo de aprendizado, influenciam positivamente a formação e, conseqüentemente, podem afetar a situação futura. O ambiente cultural favorável e herança genética também são relevantes enquanto parte das

dotações iniciais, mas os mecanismos pelos quais manifestam-se não são suficientemente claros.

Weber, por sua vez, indica que a estrutura de classes é determinada pelas ocupações no mercado de trabalho. Nesse sentido, o estrato social é definido pelo conjunto de indivíduos que apresentam uma posição comum no mercado (SCALON, 1999, p. 35), conforme indicado no trecho:

Mas sempre esta é a conotação geral do conceito de classe, que o tipo de oportunidade no mercado é o momento decisivo que apresenta a condição comum para o destino do indivíduo. Situação de classe é, nesse sentido, situação de mercado. (WEBER, 1977 apud SCALON, 1999, p. 21)

A colocação no mercado é determinada por atributos que os indivíduos podem ofertar, tais como qualificações, características pessoais, capital humano, habilidades específicas, etc. A definição weberiana, portanto, tem como crivo as condições econômicas e, ao mesmo tempo, depende de atributos prévios, os quais são resultado das oportunidades de vida dos indivíduos.

A noção de estrato social não é estática, isto é, não é um conceito derivado de uma observação pontual no tempo. Quanto a isso, Weber indica que as classes emergem dos padrões de mobilidade pessoal verificados ao longo das gerações (WEBER, 1991 apud SCALON, 1999, p. 35). Assim, fica evidenciada a importância da mobilidade na caracterização e reconhecimento de classes.

Ainda que o aspecto econômico seja central na abordagem weberiana de estratificação social, não significa que outros fatores são desconsiderados. Pelo contrário, a diferenciação de posições sociais pode ser resultado de questões de *status*, prestígio, sexo, etnia, dentre outros (SCALON, 1999, p. 36). Sob essa perspectiva, a obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* evidencia a inter-relação de fatores extraeconômicos, neste caso, a religião, como atributo relevante para a determinação da condição material do indivíduo e sua posição relativa na estrutura social. Neste sentido, as circunstâncias de vida propiciadas pela conduta religiosa têm relevância na colocação no mercado.

Em contraste, a “antítese” aponta que as diferenças são consequência de assimetrias de poder, em que a distribuição da riqueza ocorre pela competição entre os “mais fortes” e os “mais fracos”. Esta interpretação tem Marx como principal autor.

Ainda que a teoria marxista esteja fundamentada a dicotomia de classes, não há uma discussão extensa e sistemática desta definição (SCALON, 1999, p. 31). Apesar da imprecisão conceitual, Marx evidencia o papel do momento histórico na estrutura de classes.

Os modos de produção, à medida que delimitam períodos históricos, fornecem as bases para a organização das relações de produção e estrutura de classes. Para o capitalismo, há duas grandes categorias: os capitalistas (ou burguesia), que detêm os meios de produção e os trabalhadores (ou proletariado), os quais dependem da venda da própria força de trabalho.

As classes sociais em Marx são dotadas de significado econômico e têm um caráter antagônico. A tensão entre as categorias opostas associada às contradições intrínsecas a cada modo de produção conferem a dinâmica histórica, como indicado no *Manifesto do Partido Comunista*:

Até hoje, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em luta. (MARX; ENGELS, 1998)

As classes, portanto, são resultado da validação da dicotomia entre capitalistas e trabalhadores no processo produtivo. Sobretudo, a superação desta ambivalência introduz um novo modo de produção, propiciando o curso da história.

Do movimento de contradição entre a tese e a antítese, há a emergência da síntese, predominantemente empírica. Com efeito, este enfoque analítico das pesquisas sobre mobilidade social permite a interseção entre os estudos sociológicos e econômicos.

1.2 Resenha empírica

A literatura empírica sobre mobilidade social no Brasil, ainda que não seja extensa, apresenta trabalhos consolidados sobre o assunto. Destacam as contribuições de Valle Silva (1974), Pastore (1979) e Scalon (1999).

A avaliação de mobilidade requer um parâmetro ordenamento das ocupações, o qual permite classificar e caracterizar os deslocamentos na estrutura social. Tendo isso como referência, Valle Silva (1974) propõe um ranqueamento multidimensional, em que o *status* ocupacional é resultado da combinação entre o nível educacional e renda.

A partir de uma amostra de 25% do censo de 1970, foi estimada a renda média para os 18 níveis educacionais regredindo a renda sobre anos de estudo, considerando-se intervalos de idade de 5 anos. Em seguida, para cada título ocupacional, repetiu-se o procedimento anterior. Por meio destes resultados, calculou-se a média, obtendo, assim, o valor do status para cada ocupação. Por fim, os resultados foram padronizados para o intervalo entre zero e cem, que foram ordenados segundo seis faixas de estrato social, a saber: alto, médio superior, médio médio, médio inferior, baixo superior e baixo inferior (PASTORE, 1979, p. 45). Os resultados estão sintetizados na tabela a seguir:

TABELA 1- ESTRATOS SOCIAIS, VALORES MÉDIOS E OCUPAÇÕES ILUSTRATIVAS (BRASIL, 1970)

Estrato Social	Valor médio	Ocupações ilustrativas
Alto	63,71	Industriais, grandes fazendeiros, alta administração bancária, médicos, advogados, engenheiros.
Médio superior	30,64	Administradores do serviço público, agentes fiscais, técnicos de administração, proprietários de porte médio, representantes comerciais.
Médio médio	17,01	Desenhistas, músicos, locutores, compradores, auxiliares de escritório, pequenos proprietários, mestre de obra.
Médio inferior	9,47	Eletricistas, pedreiros, encanadores, carpinteiros, tapeceiros, motoristas, barbeiros.
Baixo superior	5,84	Trabalhadores braçais urbanos, entregadores, engraxates, faxineiros.
Baixo inferior	4,70	Trabalhadores braçais da zona rural, pescadores, seringueiros.

Fonte: PASTORE, 1979, p.46.

As distâncias entre os estratos são distintas, sendo maior para os níveis mais altos e menor para os níveis mais baixos. Este resultado é intuitivamente consistente, já que quanto maior a posição relativa na estruturação social, maior é a dificuldade marginal de ascender, o que justifica o intervalo relativamente grande. Nos estratos inferiores, por outro lado, a diferenciação entre as ocupações é pequena, visto que os trabalhos são predominantemente manuais, o que facilita a mobilidade e sustenta a menor separação entre eles.

Tendo como referência a escala Valle Silva, Pastore (1979) avalia a mobilidade social por meio dos dados da PNAD de 1973. Os resultados são consolidados sob a forma de matrizes de transição e regressões para controlar os efeitos regionais ou persistência da condição de origem.

As conclusões obtidas indicam a predominância da mobilidade estrutural², motivada pelo cenário de expansão industrial do período. Como consequência, os padrões de mobilidade são de ascensão de curta distância, motivada pela migração rural-urbana. Esta transferência de mão de obra foi majoritariamente absorvida pelas ocupações do baixo terciário, caracterizado por trabalhos de baixas remuneração e qualificação. A despeito disso, verificou-se que a estrutura social é permeável, visto que a cada dez indivíduos que compõe a classe mais alta da amostra da PNAD 1973, menos de dois vem da classe alta. Em termos regionais, o maior volume de mudança de *status* ocorreu no Sudeste e Centro-Oeste, resultado da dinâmica econômica e construção de Brasília. Por fim, constatou-se a maior mobilidade entre os homens, aspecto que o autor atribui à feminilização da mão de obra, ocupando funções de baixo status, o que permitiu a ascensão masculina. As tendências gerais de mobilidade são sintetizadas pela seguinte tabela:

TABELA 2- MUDANÇA NA ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA (%) (BRASIL, 1973)

Classes	Estratos sociais	Situação dos pais	Situação dos filhos em 1973
Classe alta	Etrato alto	2	3,5
Classe média	Etrato médio-superior	3,1	6,3
	Etrato médio-médio	13,8	18,4
	Etrato médio-inferior	9,3	23,8
Classe baixa	Etrato baixo-superior	6,9	16
	Etrato baixo-inferior	64,9	32
Total		100	100
N = 44.307			

Fonte: PASTORE, 1979, p. 108.

Scalon (1999) introduz uma análise baseada em oposição de classes, estruturada em barreiras à imobilidade e gênero. Para isso, utiliza a técnica de análise de conglomerado,

2 A mobilidade estrutural é caracterizada por um contexto grande disponibilidade de empregos, em que os atributos individuais são pouco relevantes para a determinação do deslocamento na estrutura social. Neste caso, a qualificação é um atributo posterior ao cargo, isto é, é adquirida conforme a necessidade de ajuste ao posto de trabalho.

fornecendo maior consistência na determinação de categorias, as quais não são geradas arbitrariamente pelo pesquisador.

As análises são baseadas na PNAD de 1988, tendo como hipótese que as mudanças estruturais provocadas pela industrialização do último século não foram suficientes tornar a estrutura social mais fluida. Em outras palavras, assume-se que a estrutura resultante deste processo não é capaz de atenuar as desigualdades de oportunidades, pelo contrário, perpetuaram a transmissão de posições nas classes mais altas.

Os resultados sugeriram que, para o período de avaliação, a mobilidade entre gerações é predominantemente circular³ para os homens e estrutural para as mulheres. Além disso, é observado o mesmo padrão de deslocamentos de curta distância, reportado por Pastore. Verificou-se, também, que a barreira vinculada à transição dos setores manual e não-manual é maior para as mulheres e há a persistência do autorrecrutamento no setor rural.

Em suma, a organização social brasileira pode ser caracterizada por “classes marcadamente delimitadas, que possuem certo grau de fluidez dentro das fronteiras que as dividem, mas inscrevem significativa rigidez no movimento para além delas” (SCALON, 1999, p. 192). Por fim, a estrutura de classes indicou ter efeito mais significativo que as diferenças de gênero, “podendo-se argumentar a favor da existência de um único modelo de fluidez/rigidez social para o Brasil, impermeável às desigualdades de gênero” (SCALON, 1999, p. 192).

2 METODOLOGIA

Neste estudo, a mobilidade social é avaliada em termos da mudança ocupacional. Trata-se, pois, de um comparativo entre as ocupações dos pais e dos filhos. Há razoável consenso na literatura sociológica quanto à robustez deste tipo de aproximação para o *status* social.

Isso se deve essencialmente à estabilidade das categorias ocupacionais, as quais permitem comparar indivíduos em períodos distintos ou longínquos com pequenos ajustes. Contrasta-se com a utilização exclusiva da renda, que é instável, sensível a influências conjunturais e afetada por unidades de mensuração distintas.

3 A mobilidade circular diz respeito à situação em que a mobilidade de um indivíduo é condicionada a mudança de outro, por meio de aposentadoria, morte, etc.

Dito isso, a mobilidade social será analisada em termos predominantemente descritivos, por meio das matrizes de transição e indicadores.

2.1 Matrizes e indicadores de mobilidade social

As matrizes de mobilidade são construções que relacionam os estratos dos filhos e dos pais. As linhas representam o movimento origem-destino, isto é, dada a posição dos pais, expressa a distribuição dos filhos pelas classes. Tomando como referência as colunas, é possível verificar a situação familiar de procedência dos filhos que se encontram em um determinado estrato. A tabela a seguir ilustra isso:

TABELA 3- MATRIZ DE TRANSIÇÃO DE STATUS SOCIAL

		Status de destino									
Status de origem		1	2	3	4	5	6	.	.	r	Total
	1	n_{11}	n_{12}	n_{13}	n_{1r}	$n_{1.}$
	2	n_{21}	n_{22}	n_{23}	n_{2r}	$n_{2.}$
	3	n_{31}	n_{32}	n_{33}	n_{3r}	$n_{3.}$
	5
	5
	6

	r	n_{r1}	n_{r2}	n_{r3}
	Total	$n_{.1}$	$n_{.2}$	$n_{.3}$	$n_{.r}$	N

Fonte: PASTORE, 1979, p. 35.

A imobilidade, ou seja, os indivíduos que permanecem na mesma classe que os pais é indicada pela diagonal principal. Já os movimentos ascendentes ou descendentes são expressos pela matriz triangular superior ou inferior.

A apresentação dos dados na forma matricial, além de facilitar a interpretação de resultados, permite a decomposição dos fluxos de mobilidade. Os principais indicadores derivados dizem respeito à mobilidade total, estrutural, circular e o índice de Yassuda.

A mobilidade total mensura o total de indivíduos móveis. O componente estrutural, por sua vez, é decorrente das transformações das oportunidades ocupacionais que impulsionam a mobilidade entre as gerações. De forma diversa, a mobilidade circular diz

respeito à competição por cargos, saída da força de trabalho ou troca de posições. Sendo assim, tem efeitos menos significativos na caracterização da dinâmica da mobilidade.

Já o índice de Yassuda é uma medida do quão próximo a estrutura social encontra-se da perfeita mobilidade. Resultados próximos de um indicam que a sociedade tende a plena mobilidade, o inverso ocorre quando o valor aproxima-se de zero.

Em termos da matriz de transição, esses indicadores podem ser calculados conforme expresso a seguir:

$$\text{Mobilidade total} = N - \sum n_{ii}$$

$$\text{Mobilidade estrutural} = N - \sum \bar{n}_{ii}^4$$

$$\text{Mobilidade circular} = \text{mobilidade total} - \text{mobilidade estrutural} = \sum \bar{n}_{ii} - \sum n_{ii}$$

$$\text{Índice Yassuda} = Y = \frac{\sum \bar{n}_{ii} - \sum n_{ii}}{\sum \bar{n}_{ii} - \frac{\sum n_{.i} n_{i.}}{N}}$$

2.2 Escala das ocupações e estratos sociais

Outras duas etapas precedem a construção das matrizes de mobilidade: o ranqueamento das ocupações e a definição das classes. Ambas basearam-se nos microdados da PNAD 2014, por ser a versão mais recente da pesquisa contendo o suplemento sobre mobilidade social, em especial, nas informações sobre ocupação e conformação familiar no que diz respeito aos chefes de família. As tabelas adiante expressam esses aspectos:

TABELA 4 - HOMENS OCUPADOS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Total de ocupados	Percentual
10-19	3.967.086	7,25%
20-29	12.583.255	23,00%
30-39	13.496.171	24,67%
40-49	11.572.969	21,15%
50-59	8.509.308	15,55%
>60	4.581.078	8,37%
Total	54.709.867	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

4 \bar{n}_{ii} é o mínimo dos valores marginais $n_{i.}$ e $n_{.i}$.

TABELA 5 - MULHERES OCUPADAS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Total de ocupados	Percentual
10-19	2.391.080	5,96%
20-29	9.136.032	22,76%
30-39	10.869.040	27,08%
40-49	9.238.117	23,02%
50-59	6.136.816	15,36%
>60	2.337.066	5,82%
Total	40.135.151	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

TABELA 6 - CHEFES DE FAMÍLIA POR SEXO

	Chefes de família	Percentual
Homens	31.412.794	71,11%
Mulheres	12.762.619	28,89%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Os indivíduos ocupados são majoritariamente do sexo masculino, concentrados entre 20 a 49 anos. O mesmo padrão etário é observado para as mulheres. Verifica-se também a predominância de homens entre os ocupados nas idades de 10 e 19, diferentemente da constatação de Pastore para o ano de 1973. Isso sugere o adiamento da entrada das mulheres no mercado de trabalho ao longo deste período.

Outro aspecto que contrasta como o trabalho de referência é a participação feminina como chefe de família. Em 2014, quase 29% das pessoas de referência que estavam ocupadas eram mulheres, enquanto em 1973 eram apenas 8,6%.

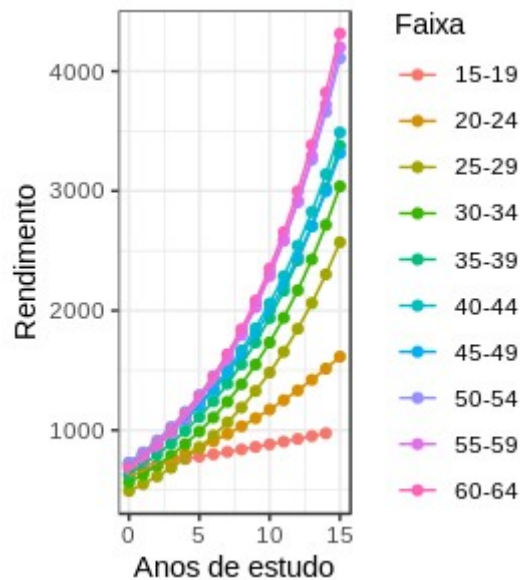
A escala de prestígio social consiste no ordenamento das ocupações segundo a relação entre salário e escolaridade. Em outras palavras, foram feitas regressões para cada uma das seis faixas de idade e, a partir das estimações do retorno por ano de estudo, foi calculado o salário esperado para cada observação da amostra. Após este procedimento, foi feita a média entre o rendimento esperado e real. De posse destes valores, estimou-se novamente a média para cada título ocupacional. Em seguida, os resultados foram padronizados para oscilarem entre zero e cem.

Cabe ressaltar que a amostra selecionada é composta por homens, entre 19 e 64 anos, chefes de família, ocupados e para os quais havia disponíveis informações sobre a ocupação do pai, a fim de manter a comparabilidade com trabalhos anteriores. Além disso, as regressões

obtiveram melhor ajuste para especificação na forma logarítmica, o R^2 variou entre 0,021 e 0,34 e os coeficientes foram individualmente significantes a 1%.

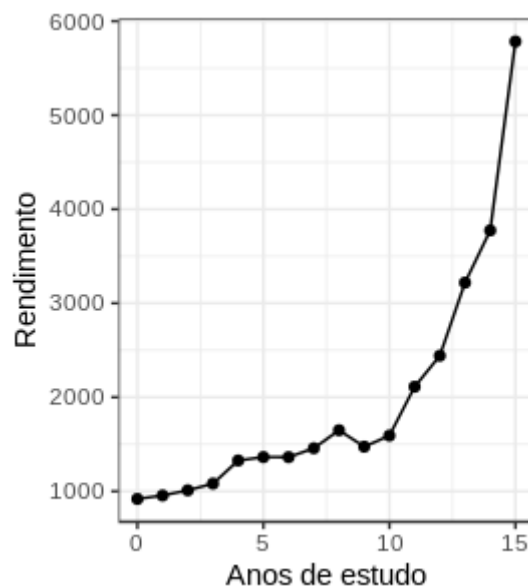
Os gráficos a seguir traçam um comparativo entre salário esperado e o valor real por anos de estudo.

FIGURA 1- RENDIMENTO ESPERADO POR ANOS DE ESTUDO PARA COORTES DE IDADE



Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

FIGURA 2- RENDIMENTO POR ANOS DE ESTUDO OBSERVADO NA PNAD 2014 PARA A AMOSTRA



Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Valendo-se dos resultados da escala, as ocupações foram agrupadas em seis estratos: superior, médio superior, médio médio, baixo superior e baixo inferior. O critério de agrupamento em um mesmo estrato seguiu a classificação feita em Pastore (1973). Portanto, as ocupações listadas com títulos ocupacionais idênticos àqueles ranqueados pelo trabalho de referência foram classificadas na mesma categoria, enquanto as novas ocupações foram distribuídas conforme a classe de escore mais próxima⁵. A tabela a seguir sintetiza os resultados por estratos.

TABELA 7 - ESTRATOS SOCIAIS

Classe	Escore médio	Desvio padrão	Ocupações representativas
Superior	32,92	18,2	Legisladores, dirigentes gerais da administração pública, dirigentes de empresas, engenheiros, arquitetos, militares da aeronáutica, militares do exército, juízes e desembargadores.
Médio superior	14,36	6,77	Enfermeiros de nível superior e afins, técnicos em geral, inspetores de polícia e detetives, representantes comerciais.
Médio médio	13,69	10,44	Professores da educação básica, atores e diretores de espetáculos, escriturários de contabilidade e finanças.
Médio inferior	7,14	4,71	Trabalhadores de instalações elétricas, vidraceiros, pintores de obras e revestidores de interiores, operadores de máquinas, ceramistas, operadores da tecelagem.
Baixo superior	7,03	3,91	Vigilantes e guardas de segurança, cozinheiros, guias de turismo, trabalhadores dos serviços domésticos em geral, vendedores a domicílio.
Baixo inferior	3,91	2,37	Trabalhadores agrícolas, extrativistas florestais, caçadores, pescadores.

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

5 Valle Silva (2001) também adota este procedimento para que seja mantida a comparabilidade, dada a sensibilidade da metodologia às definições. Pode-se argumentar, porém, que a composição das classes ao longo do tempo é variável e não necessariamente o prestígio é mantido.

A proximidade dos escores médios e desvios padrões entre as classes evidenciam certa não neutralidade do agrupamento. Nesse sentido, buscou-se preservar, além dos critérios métricos, a dualidade entre ocupações manuais e não manuais, bem como atividades rurais e urbanas. Ademais, a distância entre estratos varia significativamente entre a classe mais alta e a mais baixa, evidência da desigualdade da estrutura social brasileira.

3 RESULTADOS

Os resultados a seguir referem-se à mobilidade intergeracional em 2014, para a amostra de 9.160 filhos homens, entre 19 e 64 anos, chefes de família e ocupados no momento da pesquisa.

TABELA 8 - MOBILIDADE TOTAL 2014

Pai \ Filho	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior	Total
Superior	3,73%	1,58%	0,75%	1,02%	1,04%	0,15%	8,28%
Médio superior	1,04%	0,75%	0,37%	0,93%	0,62%	0,01%	3,71%
Médio médio	1,12%	0,49%	0,29%	0,74%	0,49%	0,01%	3,14%
Médio inferior	3,35%	3,05%	2,52%	15,09%	6,42%	1,35%	31,79%
Baixo superior	1,92%	1,24%	0,99%	4,18%	3,03%	0,34%	11,69%
Baixo inferior	2,49%	1,49%	1,27%	15,58%	7,09%	13,46%	41,39%
Total	13,65%	8,61%	6,18%	37,55%	18,70%	15,32%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

A linha de total representa a distribuição dos filhos em relação a classe que ocupam, enquanto a coluna de total agrupa-os segundo a origem. Cerca de 15% dos indivíduos estão classificados no estrato baixo inferior, o que significa que mantiveram-se em situação idêntica ou pior que a do pai. Desse total, mais de 13% ficaram imóveis, aspecto que ressalta o peso da herança social, sobretudo para ocupações rurais.

A distribuição de pais e filhos por estrato pode ser avaliada de forma mais simplificada por meio da tabela a seguir. É possível verificar um padrão de mobilidade ascendente, já que os filhos ocupam estratos tipicamente mais altos que os pais

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE PAIS E FILHOS POR ESTRATOS

Estrato	Pai	Filho
Superior	8,28%	13,65%
Médio superior	3,71%	8,61%
Médio médio	3,14%	6,18%

Médio inferior	31,79%	37,55%
Baixo superior	11,69%	18,70%
Baixo inferior	41,39%	15,32%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Pelas tabelas anteriores, é possível perceber que a estrutura social é permeável à mobilidade, sendo esta majoritariamente ascendente. Essas observações são confirmadas pelos indicadores.

A mobilidade total é de 63,66%, sendo que 24,86% deste total é descendente e 75,14% ascendente. Os indivíduos imóveis, isto é, que permanecem na mesma classe que os pais correspondem a 36,34%, representando o “peso da herança social”. Pelos resultados, 84,17% dos brasileiros estão em posição melhor ou igual a de seus pais.

A mudança social também pode ser decomposta em circular e estrutural. A mobilidade circular sobrepõem-se à estrutural – 37,59% frente a 26,07%. É uma tendência inversa àquela observada em 1973, em que a predominância da mobilidade estrutural era impulsionada pela migração da zona rural para urbana.

O índice de Yassuda corresponde a 0,725, pouco acima dos 0,636 verificados em 1973. Pode-se afirmar que a estrutura social brasileira tornou-se mais permeável nesses 41 anos, ainda que seja um parâmetro insuficiente para avaliar padrões gerais.

Os resultados também podem ser agrupados em matrizes que expressam os movimentos origem-destino. A tabela 10 representa os fluxos de saída, isto é, dada o estrato comum de origem, como a geração seguinte distribui-se.

TABELA 10 - FLUXOS DE SAÍDA DOS ESTRATOS NA MOBILIDADE TOTAL

Pai \ Filho	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior	Total
Superior	45,05%	19,05%	9,10%	12,38%	12,61%	1,81%	100,00%
Médio superior	27,90%	20,17%	9,87%	25,01%	16,75%	0,30%	100,00%
Médio médio	35,66%	15,70%	9,09%	23,62%	15,52%	0,42%	100,00%
Médio inferior	10,55%	9,61%	7,93%	47,47%	20,20%	4,24%	100,00%
Baixo superior	16,43%	10,60%	8,45%	35,74%	25,89%	2,89%	100,00%
Baixo inferior	6,01%	3,61%	3,07%	37,65%	17,14%	32,52%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Mais de 45% das pessoas cujos pais estavam no estrato superior continuam nele. Comportamento similar ocorre para o estrato baixo inferior – cerca de 32%. Neste último caso, o resultado sugere um processo de armadilha da pobreza, já que, dada a natureza do trabalho dos pais, os filhos permanecem na mesma situação. O mesmo argumento pode ser estendido para o estrato médio inferior.

Além disso, mais da metade dos indivíduos com origem no estrato mais alto permanecem nas duas categorias mais altas.

Ocorrem também, alguns casos de mobilidade de maior distância, os quais destoam do restante da matriz. Este é o caso do estrato médio médio, em que cerca de 35% dos indivíduos têm como destino a classe superior.

Assim, a mobilidade é tipicamente de curta distância, mas não se pode desconsiderar algumas transições de de maior distância, conforme indicado anteriormente.

De forma complementar, é possível identificar os fluxos de entrada, isto é, dado um estrato de destino, qual é a origem social dos indivíduos. A tabela a seguir representa esses resultados:

TABELA 11 - FLUXOS DE ENTRADA DOS ESTRATOS NA MOBILIDADE TOTAL

Pai \ Filho	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior
Superior	27,32%	18,33%	12,18%	2,73%	5,58%	0,98%
Médio superior	7,59%	8,70%	5,92%	2,47%	3,33%	0,07%
Médio médio	8,20%	5,73%	4,62%	1,98%	2,61%	0,09%
Médio inferior	24,57%	35,49%	40,74%	40,19%	34,35%	8,81%
Baixo superior	14,07%	14,40%	15,98%	11,13%	16,19%	2,21%
Baixo inferior	18,23%	17,34%	20,57%	41,50%	37,94%	87,85%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Alguns aspectos chamam atenção na matriz anterior. O primeiro deles diz respeito ao peso da herança social no estrato baixo inferior. Cerca de 87% dos filhos que têm essa classe como destino, tiveram-na como origem. Trata-se de uma forte evidência da armadilha da pobreza entre as ocupações rurais.

A composição do estrato superior corrobora com os argumentos de Valle Silva (2001), que observa a diversidade de origem dos integrantes desta classe. Os fluxos de entrada não estão concentrados somente nas categorias mais altas, pelo contrário, há uma relevante participação dos estratos médio médio e baixo inferior – o que contrasta com o padrão típico de mobilidade de curta distância. Cabe destacar que, apesar da autorreprodução não ser expressiva, ainda assim é superior àquela reportada pelo autor, 27,32% frente a 18,4% em 1996.

Não há significativa distinção entre as classes com relação aos anos de estudo dos filhos. Na verdade, o desvio padrão entre as classes é pequena quando comparada com estudos anteriores, havendo sobreposição da escolaridade média entre estratos, como ocorre entre o baixo superior e médio inferior.

TABELA 12 - ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DOS FILHOS POR ESTRATO

Estrato	Anos médios de estudo
Superior	12,58
Médio superior	11,84
Médio médio	11,67
Médio inferior	7,16
Baixo superior	7,99
Baixo inferior	4,39

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria

A composição etária de cada estrato é relativamente homogênea. Ainda assim, mais da metade dos componentes da categoria médio médio encontra-se distribuída entre 20 a 39 anos completos, enquanto os integrantes da classe baixo superior têm, em sua maioria, mais de 45 anos. A tabela a seguir ilustra isso:

TABELA 13 - ESTRATOS POR COORTES DE IDADE DOS FILHOS

Estrato do filho	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-60	60-64
Superior	2,78%	10,37%	14,86%	17,39%	15,67%	12,33%	12,41%	9,14%	5,06%
Médio superior	3,31%	12,85%	18,70%	16,03%	12,47%	12,60%	12,47%	8,14%	3,44%
Médio médio	7,23%	13,28%	15,46%	16,13%	13,11%	13,78%	10,76%	6,89%	3,36%
Médio inferior	4,86%	10,51%	15,52%	15,14%	15,40%	13,30%	11,76%	8,09%	5,41%
Baixo superior	4,95%	10,81%	14,63%	13,03%	14,17%	14,63%	12,12%	9,11%	6,55%
Baixo inferior	3,16%	7,86%	10,06%	13,36%	13,80%	11,97%	14,61%	13,29%	11,89%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Os fluxos de mobilidade podem ser avaliados, ainda, em termos regionais. Para tanto, foram construídas duas matrizes para caracterizar as regiões do país. A tabela 14 representa o nordeste e o norte, enquanto a tabela 15 agrega as demais regiões. A razão para tais agrupamentos foi o baixo número de observações por categoria em certas regiões, o que inviabilizaria comparativos.

TABELA 14 - FLUXOS DE ENTRADA NA MOBILIDADE SOCIAL PARA AS REGIÕES NORDESTE E NORTE

<div>Filho</div> <div>Pai</div>	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior
Superior	20,04%	13,27%	10,55%	1,75%	4,71%	0,24%
Médio superior	6,44%	10,60%	5,53%	1,73%	3,11%	0,19%
Médio médio	7,18%	5,75%	6,01%	2,27%	2,39%	0,08%
Médio inferior	20,28%	25,30%	32,72%	31,43%	23,66%	6,12%
Baixo superior	20,83%	15,65%	16,30%	10,17%	16,15%	1,56%
Baixo inferior	25,24%	29,43%	28,90%	52,65%	49,97%	91,82%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

TABELA 15 - FLUXOS DE ENTRADA NA MOBILIDADE SOCIAL PARA AS REGIÕES SUDESTE, SUL E CENTRO-OESTE

Pai \ Filho	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior
Superior	28,85%	19,12%	12,82%	3,04%	5,75%	1,50%
Médio superior	7,25%	8,62%	6,42%	2,53%	3,46%	-
Médio médio	8,56%	6,00%	3,85%	1,86%	2,81%	0,11%
Médio inferior	25,93%	37,83%	43,70%	43,35%	38,83%	12,34%
Baixo superior	12,93%	13,81%	15,98%	11,49%	16,60%	2,73%
Baixo inferior	16,48%	14,62%	17,23%	37,73%	32,55%	83,31%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, quase 29% filhos que se encontram na classe superior foram recrutados na mesma. Ainda assim, não se pode desconsiderar alguns casos de mobilidade de maior distância, como ocorreu com 25,93% dos indivíduos que saíram da classe médio inferior para a superior.

Nas regiões Norte e Nordeste, o peso da herança social, representada pelo *status* o pai, é expressiva no estrato baixo inferior – mais de 91% dos filhos que encontram-se nesta classe tiveram-na como origem. Por outro lado, a composição da classe superior parece comparativamente melhor distribuída ao longo da estrutura social.

A participação feminina enquanto chefe de família é um fenômeno crescente e que não pode ser desconsiderado. Por esta razão, as análises subsequentes avaliam a mobilidade em termos dos filhos e filhas entre 19 e 64 anos, ocupados, comparando-os com as respectivas mães que eram as responsáveis pelo domicílio.

A mobilidade total está representada pela tabela a seguir:

TABELA 16 - MOBILIDADE TOTAL ENTRE FILHOS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Mãe \ Filho(a)	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior	Total
Superior	1,46%	0,07%	0,39%	0,33%	0,32%	0,05%	2,63%
Médio superior	1,50%	0,89%	0,96%	0,93%	1,24%	0,15%	5,68%
Médio médio	1,89%	1,19%	1,21%	0,68%	1,04%	0,07%	6,07%
Médio inferior	1,50%	1,31%	1,47%	5,08%	4,69%	2,02%	16,06%
Baixo superior	3,40%	3,19%	4,10%	9,97%	12,67%	0,86%	34,18%
Baixo inferior	1,64%	1,48%	1,75%	10,36%	9,91%	10,25%	35,39%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Pouco mais de 13% dos filhos e filhas encontram-se no estrato baixo inferior, sendo que destes, pouco mais de 10% tiveram-no como origem. Em comparação como a análise anterior, é possível verificar que a distribuição segue um padrão similar, exceto para os

estratos baixo superior e médio inferior. No primeiro caso, quase 30% dos filhos(as) de mulheres chefes de família encontram-se nesta classe, enquanto para os filhos de homens responsáveis pelo domicílio este valor corresponde a 18,70%. Já no segundo caso, verifica-se uma diferença de pouco mais de 10% entre o total de integrantes deste estrato na abordagem que considera somente homens chefes de família em relação àquela que considera exclusivamente mulheres.

O grau de permeabilidade, mensurado pelo índice de Yassuda, corresponde a 0,795. A mobilidade verificada foi de 68,45%. Deste total, 79,83% foi ascendente e 20,17% descendente. O “peso da herança social”, representado pelos indivíduos que permaneceram no mesmo estrato da mãe, equivale a 31,55%. Dito isso, 86,20% dos filhos(as) encontram-se em situação melhor ou igual àquela de origem.

Comparativamente, os indicadores apontam para um maior grau de mobilidade, sobretudo ascendente, entre os filhos(as) de mulheres chefes de família. Ademais, percentualmente, o total de indivíduos em situação melhor ou igual ao pais também é maior.

Essas conclusões também podem ser verificadas de forma simplificada pela tabela 17. De forma geral, é possível verificar o padrão de ascensão entre as gerações:

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE MÃES E FILHOS(AS) POR ESTRATOS

Estrato	Mãe	Filho(a)
Superior	2,63%	11,38%
Médio superior	5,68%	8,12%
Médio médio	6,07%	9,88%
Médio inferior	16,06%	27,35%
Baixo superior	34,18%	29,87%
Baixo inferior	35,39%	13,40%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Verifica-se uma expressiva mudança quanto à composição do estrato superior. Na geração de mães, pouco mais de 2% faziam parte desta classe, enquanto que entre os filhos, este valor corresponde a cerca de 11%.

A mobilidade total também pode ser avaliada em termos de saída por estrato, ou seja, dada uma determinada origem, indica a distribuição dos filhos(as). A tabela a seguir representa isso:

TABELA 18 - FLUXOS DE SAÍDA NA MOBILIDADE TOTAL PARA FILHOS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Mãe \ Filho(a)	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior	Total
Superior	55,70%	2,64%	14,75%	12,61%	12,30%	2,00%	100,00%
Médio superior	26,43%	15,61%	16,94%	16,43%	21,92%	2,67%	100,00%
Médio médio	31,08%	19,53%	19,90%	11,17%	17,09%	1,22%	100,00%
Médio inferior	9,31%	8,16%	9,15%	31,64%	29,19%	12,55%	100,00%
Baixo superior	9,93%	9,33%	11,99%	29,18%	37,06%	2,50%	100,00%
Baixo inferior	4,64%	4,18%	4,95%	29,27%	28,00%	28,96%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

Quase 66% dos indivíduos cujas mães estavam no estrato superior não mudaram de posição social. Quando comparado para a mobilidade para homens chefes de família, a permanência nesta classe é quase 11 pontos percentuais superior.

Destacam-se, também, alguns padrões de deslocamento de maior distância, como ocorre entre os indivíduos que migraram do estrato baixo inferior para o médio inferior, assim como aqueles que partiram do médio médio e ingressaram no estrato superior.

A tabela 19 expõe os fluxos de entrada em determinada classe, isto é, dado o destino, indica qual é a procedência.

TABELA 19 - FLUXOS DE ENTRADA NA MOBILIDADE TOTAL PARA FILHOS DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Mãe \ Filho(a)	Superior	Médio superior	Médio médio	Médio inferior	Baixo superior	Baixo inferior
Superior	12,86%	0,85%	3,92%	1,21%	1,08%	0,39%
Médio superior	13,18%	10,91%	9,74%	3,41%	4,17%	1,13%
Médio médio	16,58%	14,60%	12,23%	2,48%	3,47%	0,55%
Médio inferior	13,14%	16,13%	14,88%	18,57%	15,70%	15,04%
Baixo superior	29,83%	39,28%	41,49%	36,45%	42,41%	6,39%
Baixo inferior	14,42%	18,23%	17,73%	37,87%	33,18%	76,49%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD 2014, elaboração própria.

A composição do estrato superior demonstra-se mais homogênea em termos de origens quando se compara a mobilidade dos filhos de mulheres chefes de família em relação a homens com a mesma atribuição. Na composição deste estrato, destaca-se o expressivo grau de recrutamento de indivíduos da classe baixo superior, mais de 29%. Ademais, há um menor grau de autorreprodução neste estrato: quase 13% dos indivíduos da classe superior tiveram-na como origem – uma diferença de quase 15 pontos percentuais a menos em relação aos homens chefes de família.

Além disso, ainda que o grau de permanência no estrato baixo inferior seja de 76,49%, o que corresponde a uma diferença de mais de 11 pontos percentuais entre as duas abordagens. Assim, verifica-se que maior grau de permanência para os filhos de homens chefes de família na classe mais baixa e maior diversidade da composição do estrato superior para os filhos(as) de mulheres chefes de família.

Em ambas abordagens, foi possível constatar que a estrutura social brasileira em 2014 continua permeável, predominando os padrões de mobilidade ascendente e de curta distância, ocorrendo como maior intensidade entre os filhos(as) de mulheres chefes de família. Ainda assim, não se pode ignorar os poucos casos de deslocamentos de maior magnitude.

Para o estrato baixo inferior, composto por ocupações tipicamente rurais, há a permanência do expressivo grau de imobilidade intergeracional, o que parece sugerir um processo de armadilha da pobreza. Outro ponto de rigidez à mudança social identificado foi o estrato médio inferior, formado por ocupações urbanas de baixa qualificação.

CONCLUSÃO

Entre 1973 e 2014 as tendências de mobilidade intergeracional mantiveram-se: a estrutura social permanece permeável e predominam padrões de ascensão, sobretudo, de curta distância. Ainda que os aspectos gerais tenham sido preservados, não se pode dizer o mesmo sobre a dinâmica interna deste processo.

Se na década de 70 a mudança entre estratos era impulsionada majoritariamente por fatores estruturais, notadamente o êxodo rural, em 2014 a mobilidade circular foi predominante, o que sugere uma maior competição via mercado de trabalho.

O peso da “herança social” permanece expressivo para as ocupações do estrato baixo inferior, o que justifica o alto grau de imobilidade nesta classe e sugere, de certa forma, um processo de armadilha da pobreza. Outra barreira à mobilidade verificada nos dados de 2014 é no estrato médio inferior, caracterizado por ocupações urbanas de baixa qualificação.

Regionalmente, verificou-se que o Nordeste e Norte do país, comparativamente, têm a classe superior mais heterogênea em termos de origem. Por outro lado, possui uma maior grau de permanência no estrato mais baixo. No âmbito regional também foi observado a imobilidade na classe média inferior.

Em uma interpretação alternativa, incluindo filhos e filhas de mulheres responsáveis pelo domicílio, os resultados indicados anteriormente foram verificados em maior intensidade, ou seja, por esta abordagem há um maior grau de mobilidade e ascensão social. As comparações, por outro lado, devem interpretadas com cautela, tendo em vista a diferença na composição das amostras.

Em resumo, duas forças antagônicas caracterizam a mobilidade social no Brasil para o período avaliado. Enquanto parte expressiva dos brasileiros conseguiram melhorar sua posição social em relação aos pais, ainda que a distância percorrida seja tipicamente pequena, uma parcela igualmente não desprezível está sujeita aos efeitos desigualdades de oportunidade que perpetuam-se ao longo das gerações e reproduzem um ciclo de desigualdade de resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Gary S.(Org.); TOMES, Nigel. **Human capital and the rise and fall of families**. In: Human capital: a theoretical and empirical analysis. The University of Chicago Press: 1994, p. 257 – 298. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c11237>>. Acesso em: 04 set. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 12, nº 34, dez 1998, p. 7-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979.

SCALON, Celi. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SAUL, Renato P. **As raízes renegadas do capital humano**. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 set. 2018.

VALLE SILVA, Nelson do. **Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século**. In: XXV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2001, Caxambu. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/td/td_011.htm> . Acesso em: 03 set. 2018.

VALLE SILVA, Nelson do. **Posição social das ocupações**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14077.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.